

INSTAGRAM E INSURGENTES PRÁTICAS DISCURSIVAS DO HIV/AIDS:

produção de si e de novos contratos sociais

Carlos Edimilson Avila de Lima¹

Joacir Marques da Costa²

Benjamin Marins Costa³

Lidiane Londero Perlin⁴

Tarciano Ortolan de Barcelos⁵

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Esta pesquisa busca compreender de que modo rastros de uma epidemia discursivo-midiático de hiv/aid\$ compõem trajetórias cartográficas voltadas para uma arena curricular e para a produção de subjetividades. Para isso, propõe-se os seguintes objetivos específicos: analisar como plataformas digitais contemporâneas, como o Instagram, traçam enunciados sobre sujeitos que vivem com hiv/aid\$; problematizar os modos como discursos midiáticos posicionam essas pessoas e reconfiguram relações de saber-poder; e compreender a arena curricular nas plataformas digitais como um território de constante disputa, agenciamento e subjetivação. A pesquisa adota um enfoque cartográfico das práticas discursivas, sem a intenção de elaborar discursos universais ou neutros, mas de identificar rastros e pistas. No contexto do Instagram, tais rastros endereçam processos de subjetivação das pessoas que vivem com hiv (PVH). No exercício analítico, emergem três operadores discursivos que tensionam normas via Instagram, os quais, ao mesmo tempo em que reproduzem e reposicionam normas preexistentes, também inventam e viralizam outras formas normativas. São eles: [Norma -1] Sujeito Endividado, [Norma 0] Negociação da Intimidade e [Norma 1] Currículo Viral. É importante frisar que, ao operar discursivamente uma norma, não se trata de um eixo positivo ou negativo, mas de dinâmicas de alianças e disputas que naturalizam ou desestabilizam discursos dentro de uma cultura. Assim, ao compartilhar e coletivizar experiências, sujeitos que vivem com hiv não apenas contribuem para a redução de estigmas e para a inserção de pautas em agendas políticas, mas também ressignificam normas, reposicionando-as no fluxo de uma cultura e na capilaridade de uma epidemia discursivo-midiática de hiv/aid\$. Esses discursos, por fim, começam a tecer tramas curriculares e a engendrar novas formas de produção de subjetivação.

Palavras-chave: Práticas discursivas; hiv/aid\$; Instagram; Subjetividade.

¹Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista Capes. Email: Carlos.avila@acad.ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0135-364X>.

² Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Email: costa.joacir@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6099-7186>.

³Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista do CNPq. E-mail: ben.marins@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8257-9278>.

⁴Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lidiane.londero@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6709-0092>.

⁵Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: barcelostarciano@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7173-3912>.



Primeiras palavras

Esta pesquisa parte da premissa de que existe uma epidemia discursivo-midiática do hiv/aid\$⁶. Desse modo, partimos da argumentação de que os desdobramentos e impactos do vírus do hiv/aid\$ trouxeram e potencializaram crises sanitárias, políticas, culturais e éticas que mobilizaram, sensibilizaram e contagiaram governos e diversos setores da sociedade. Ademais, reiteramos que a temática do hiv/aid\$ surge e permanece em pauta desde a década de 1980, quando os primeiros casos de aids foram diagnosticados, e diversos pesquisadores, artistas e ativistas emergiram com suas produções acerca da temática (Galvão, 2000; Santos, 2002; Daniel; Parker, 2018; Sontag, 2007; Procópio; Dos Santos, 2023). Ou seja, destacamos que a produção de sentidos, interpretações e narrativas em torno do hiv/aid\$ tem sido disputada e reconstruída por diversos setores da sociedade contemporânea.

Quando o vírus do hiv/aid\$ adentra no Brasil em 1981/1982 (York; Nolasco, 2022, p. 24), não havia ainda um sistema único de saúde⁷. A saúde pública estava sob a responsabilidade das organizações não governamentais (ONGs), instituições privadas, filantrópicas e religiosas (Daniel; Parker, 2018; Seffner et al., 2008). Nesse sentido, Parker (1997) argumenta que essa fase da epidemia, “no Brasil como em tantos outros países, caracteriza-se pela negação e omissão generalizada por parte da maioria das autoridades governamentais, especialmente na esfera federal” (p. 9).

Ao falarmos de uma epidemia discursiva do hiv/aid\$, sinalizamos as lutas, alianças e mobilizações sociais que historicamente têm movimentado esses debates. Também destacamos as lutas da comunidade LGBTQIA+, que, juntamente com

⁶Nesta pesquisa, seguem-se as orientações de Daniel (1990), Nunes (2018) e Butturi Junior (2019), os quais destacam a importância de utilizarmos as siglas hiv/aid\$ em maiúsculas. Em respeito às memórias das pessoas que morreram em decorrência do vírus e da doença. Tal escolha também reflete o propósito de conferir protagonismo ao sujeito, e não ao vírus do hiv, tanto nesta pesquisa quanto na pandemia discursiva aqui analisada. Utilizamos, também, o símbolo \$ na palavra aid\$ para reiterar que fatores econômicos diversos potencializam os efeitos da epidemia do hiv/aid\$, uma vez que o acesso a políticas de prevenção, acolhimento e tratamento está diretamente relacionado aos recursos públicos financeiros destinados a essa pauta. Por fim, vale destacar que os índices de mortalidade em decorrência da aid\$ ainda se concentram entre pessoas das classes economicamente mais vulneráveis.

⁷Ainda vale destacar, que hoje no Brasil temos as melhores políticas de enfrentamento ao hiv/aid\$, foi porque lá nos primeiros anos da epidemia, tivemos uma forte presença na resposta brasileira à epidemia de aid\$ no Brasil, como produto da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados.

outros movimentos sociais, construiu uma pressão social para que o Estado se responsabilize pela mobilização e resposta à epidemia do hiv/aid\$. Posto isso, promoveu-se um fenômeno que Puccinelli, Fernandes e Fontes (2023, p. 11) denominam “as cruzadas farmacêuticas”, as quais iniciaram de forma individual e foram se coletivizando. Assim, surgiram as organizações sociais como ACT UP,⁸ GAPA⁹, ABIA¹⁰, entre outras, que possuem papel essencial nesse processo.

Esses agenciamentos em torno da temática do hiv/aid\$ indicam a compreensão de que se trata de um fenômeno que reverberou em disputas de narrativas e em produções de sentidos. Nesta pesquisa, interessa-nos demarcar e sinalizar que, atualmente, essas disputas têm ocorrido, significativamente, a partir das redes sociais, o que, por conseguinte, (re)posiciona nossas reflexões na tentativa de dar visibilidade a “novos e insurgentes” agenciamentos discursivos acerca do hiv/aid\$. Em outras palavras, a pesquisa coloca em questão a produção de práticas discursivas em torno do hiv/aid\$ no Instagram, as quais, ao mesmo tempo em que configuram disputas, também estabelecem alianças com sujeitos que vivem com hiv, os processos de cuidado de si (Foucault, 1982), os saberes médico-científicos e os processos de governabilidade e seguridade que o Estado articula diante dos desafios da sociedade contemporânea.

A pesquisa buscou sublinhar e evidenciar elementos que sinalizam para a gestão de uma epidemia discursiva que viralizou, e continua a viralizar, em plataformas digitais: um tipo de currículo produzido em territórios midiáticos, nos quais pessoas que vivem com hiv dão visibilidade e potencializam rasuras, desconstruções e enfrentamentos de estereótipos, preconceitos, subjetivações e subjetividades.

Argumentamos ainda que, no escopo das relações de poder e saber, as pessoas que vivem com hiv produzem, com a sociedade e consigo mesmas, um potencial currículo, promovendo outras práticas discursivas em torno da experiência

⁸Aids Coalition to Unleash Power (ACT UP) é uma associação internacional que surgiu inicialmente nos Estados Unidos em 1987, hoje está presente em vários países. O grupo trabalha para melhorar a vida das pessoas com aid\$ por meio de ação direta, pesquisa médica, tratamento e defesa, e trabalhando para mudar a legislação e as políticas públicas e privadas que dizem respeito a temática do hiv/aid\$.

⁹ O Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA) é uma organização não governamental que atua na sociedade brasileira desde 1985, tendo sido a primeira organização exclusivamente voltada às ações contra o hiv/aid\$ fundada no país. O movimento é composto por instituições que atuam no nível estadual ou municipal.

¹⁰ A Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) é uma entidade nacional, criada em 1987, tem objetivo de trabalhar e promover debates sobre a temática do hiv/aid\$ a partir de diversos campos do saber.

de viver com o vírus. Isso movimenta o objetivo desta investigação: compreender como rastros de uma epidemia discursivo-midiática do hiv/aids possibilitam compor trilhas cartográficas endereçadas a uma arena curricular e à produção de subjetividades.

Em conformidade com as pesquisas de Bessa (2002), compreende-se que o fenômeno social acerca da temática do hiv/aids não é apenas um vírus ou uma doença que atinge o corpo fisiológico e que se restringe à área da saúde. Ou seja, “a aids não é apenas uma questão de saúde, mas também discursiva, sobretudo pela construção da doença pelos discursos biomédicos e midiáticos frente à urgente necessidade de torná-la inteligível para, então, lidar com ela” (Procópio; Dos Santos, 2023, p. 2). Além disso, ainda vivemos em uma sociedade que insiste em fazer viralizar uma “epidemia discursiva marcada por visões estigmatizantes, monopolizadoras e autoritárias” (Procópio; Dos Santos, 2023, p. 2), sustentada por achismos, dogmas, inverdades e fantasmas epistêmicos do século passado.

Durante as últimas décadas, foram desenvolvidos mecanismos, ferramentas e tecnologias biomédicas e sociais para dar respostas e encontrar soluções para as crises instauradas pelo vírus do hiv/aids. Com esse objetivo, muitos setores da sociedade mobilizaram-se para buscar respostas coletivas e individuais que dessem conta de conter o avanço do vírus e combater o preconceito e a estigmatização gerados pela desinformação (Galvão, 2000; Simões, 2018).

Puccinelli, Fernandes e Fontes (2022) argumentam que ocorreram verdadeiras cruzadas farmacêuticas, uma corrida biofármacos, em busca de respostas que pudessem salvaguardar vidas, não apenas das pessoas infectadas, mas também para promover uma gestão da doença e da população, ou seja, uma nova biopolítica da prevenção, da infecção, da doença, da morte e do controle dos corpos. Ademais, “além da questão epidemiológica, a problemática envolve uma dimensão biológica-sócio-política” (Padoin, 2009, p. 52). Em outras palavras, a temática do hiv/aids. ‘foi responsável por mudanças significativas em outros setores que não somente o da saúde, principalmente por combinar comportamento sexual e doença’ (Galvão, 2000, p. 13).

De acordo com o escritor e pesquisador Fonseca (2022), entende-se que “a temática do HIV/aids se encontra não apenas em boletins epidemiológicos ou consultórios médicos” (Fonseca, 2022, p. 84). Ela ganhou também espaço em

diversos contextos, os quais passaram a disputar narrativas com as racionalidades de saber-poder que tradicionalmente desenhavam e monopolizavam os discursos sobre a epidemia do hiv/aids. Assim, pode-se dizer que, aos poucos, outras áreas do conhecimento, além da biomédica, passaram a disputar os significados e narrativas sobre a temática. Segundo Santos (2002, p. 10), podemos tratar o fenômeno do “HIV/aids como uma epidemia de significações, cuja busca por respostas ao seu enfrentamento articula diferentes campos do saber”.

Destarte, ao optar pela expressão “*epidemia discursivo-midiática do hiv/aids*”, tratamos de uma *rede discursiva* que nos contagia desde a origem do vírus e que, na contemporaneidade, a partir das plataformas digitais, tem tomado outras proporções e vias, pois novos sujeitos e discursos viralizam nas redes sociais, reiterando enunciados que não estão centrados apenas na relação biomédica/profissional da saúde, mas também nas experiências das pessoas que vivem com hiv.

Compreende-se, segundo Campanella (2019), que as plataformas digitais ganham centralidade na atualidade por serem espaços não apenas de disputas de narrativas, mas também de produção de modos de conduta, culturas, políticas públicas e, conseqüentemente, subjetividades. Ou seja, partimos da hipótese de que os processos culturais promovidos nas redes sociais são fenômenos que disputam e nos formam enquanto sujeitos e sociedade, e que os usuários dessas redes também atuam na produção de narrativas para a manutenção e constituição de suas subjetividades (Oliveira; Silva; Sales, 2024).

Desse modo, argumenta-se que as redes sociais têm se tornado espaços fundamentais para processos de ensino, massificação e viralização de culturas de diversos grupos sociais, a partir do compartilhamento de ideologias e discursos, sejam eles hegemônicos ou de grupos que vivem nas fronteiras da sociedade. Destaca-se que, na pesquisa, utilizam-se tanto as expressões “redes sociais” quanto “plataformas digitais”, aglutinando os dois conceitos apresentados por D’Andrea (2020), em que “redes sociais” ressalta a dimensão e amplitude internacional, enquanto “plataformas digitais” busca ressaltar como as trocas são moldadas pelos aspectos computacionais, econômicos e políticos da conectividade online (D’Andrea, 2020, p. 8).

Assim como outras plataformas digitais, o Instagram tem produzido culturas e subjetividades, ramificando-se como ferramenta de uso pessoal, acadêmico e

profissional. Tem ainda conduzido padrões de comportamento e modelos de vida a partir da disputa de uma determinada norma que, na maioria das vezes, busca homogeneizar os grupos sociais a partir da heterocisnormatividade branca, de biopolíticas assentadas em uma racionalidade normativa colonizadora dos corpos e grupos sociais.

À vista disso, ao propor uma análise nas plataformas digitais de influenciadores¹¹ que vivem com hiv/aid\$. e utilizam suas mídias para abordar assuntos relacionados ao tema, busca-se sublinhar “os impactos que esse universo tecnobiodiscursivo oferece para a produção de discursos sobre o humano” (Butturi Junior, 2019, p. 641) e, sobretudo, destacar seu papel educativo, sua importância não apenas na elaboração e decisão de políticas públicas, como também na produção de insurgentes práticas discursivas sobre a vivência/existência com hiv e sobre os fazeres de um currículo midiaticizado, instaurado numa arena de disputas e alianças.

Acerca da arena curricular, um currículo é entendido, na perspectiva pós-crítica, a partir dos estudos culturais, como algo que deixa de assumir uma noção tradicional de métodos, resultados e “processos de racionalização educacional, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos” (Silva, 2016, p. 12). O currículo é assumido como “artefato cultural, isto é, as produções gestadas no interior de uma cultura, e que compõem uma poderosa e diversa máquina pedagógica” (Carvalho Filho; Maknamara, 2019, p. 1506), que (re)educa, (re)ordena e agencia singularidades, subjetividades e coletividades (Furlani, 2009, p. 43). Ainda, uma postura pós-crítica de pesquisa é assumida “não como abandono da história, mas como pressuposto de que a produção da história e dos sujeitos se dá no âmbito da linguagem, nas micro-relações de saber-poder e de disputas/alianças discursivas que governam e fabricam os/as sujeitos/as” (Costa; Lima; Silva, 2023, p. 474).

Movimento metodológico

¹¹ Estas pessoas são denominadas influenciadores digitais, caracterizando-se como personalidades que atuam de forma significativa na produção de conteúdos nas redes sociais. Alguns utilizam sua influência para realizar o marketing de produtos e marcas, buscando impactar o comportamento de consumo de seus seguidores (De Medeiros Santos; Da Silva; Dos Santos, 2016). Outros, por sua vez, empregam suas plataformas para promover debates e pautas diversas, que abrangem desde questões religiosas e políticas até temas relacionados à saúde (Neves, 2017) e ao bem-estar social (Aprobato, 2018).

Inspirados em uma perspectiva metodológica cartográfica, projetamos uma pesquisa e escrita afastadas de uma postura tecnicista e cartesiana, com pretensões evolucionistas e de elaboração de metanarrativas. Desse modo, “assumimos como parte do problema de pesquisa a instabilidade da materialidade de onde recolhemos os dados (o Instagram)” (D’andréa, 2020, p. 10). Assumimos, assim, a cartografia como metodologia¹², uma vez que essa permite e que...

exige o envolvimento do pesquisador com o campo problemático a ser investigado. O conhecimento é visto como algo que se dá nesse confronto, e a participação do pesquisador inclui aproximações necessárias com os autores, o campo a ser investigado e também as próprias percepções”. (Barcelos; Santos, 2021, p. 121)

Também em diálogo com Rolnik (2016, p. 101), compreendemos essa mutabilidade e fluidez do pesquisar no Instagram, quando a autora sugere que, ao cartografar na era da “sociedade digital”, qualquer cartógrafo se sentiria um estrangeiro, pois facilmente “perdem-se as coordenadas de valor relativo: as coisas podem ter qualquer sentido, elas não têm sentido algum”. Com isso,

[S]endo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropólogo. (Rolnik, 2016, p. 23)

Destarte, os critérios iniciais que utilizamos para construir a cartografia foram desenhar um rascunho, reconhecendo influenciadores que vivem com hiv e utilizam suas redes sociais, especificamente o Instagram, para produzir conteúdos sobre a temática. Logo, sobrevoamos e observamos inúmeros perfis que se encaixavam nesses critérios e, desse modo, elaboramos uma tabela com 15 perfis que tinham o maior número de curtidas, em ordem decrescente de seguidores/as e destacando algumas informações julgadas relevantes à pesquisa.

Desse modo, organizamos as informações, dos perfis desses influenciadores, indicando número aproximado de seguidores, região geográfica, gênero e período de atividade na plataforma. Observa-se uma predominância de homens cisgênero da região Sudeste, com atuação contínua entre 2011 e 2024. Entre os perfis com maior

¹² Segundo Silva (2022) e D'andrea (2020), influenciado pelo conceito de estudos culturais, que busca analisar a produção massificação (e no caso da internet, viralização) de uma cultura, podemos entender o método cartográfico como um movimento análogo aos elementos da metodologia a etnografia, etnografia e historiografia, assim sendo nesta pesquisa trago esses elementos, sobretudo porque a materialidade desta pesquisa é construídas a partir das plataformas digitais.

alcance, destacam-se Leandro Bueno (≈274 mil seguidores), Deivid Samuel Hodecker (≈133 mil), Allan Bruno (≈125 mil) e Lucas Raniel (≈121 mil). Em contrapartida, há menor representatividade de mulheres e pessoas trans, como Jéssica Mattar, Thais Renovatto e Sabrina Luz, esta última sendo a única mulher trans da amostra. Tal distribuição revela um recorte de gênero e regionalidade significativo, sugerindo uma centralização das narrativas sobre hiv em corpos masculinos e em contextos urbanos do Sudeste brasileiro.¹³

Posteriormente, utilizamos dois critérios para selecionar seis (6) influenciadores e, por conseguinte, estabelecer um recorte de postagens e produzir materialidades para desenhar a análise: (1) número de seguidores/as que esses influenciadores possuem; e, (2) escolha de postagens (vídeos, imagens, stories etc.) com maior número de visualizações e, conseqüentemente, comentários e interações. Desse modo, os influenciadores escolhidos foram: Leandro Bueno, Lucas Raniel, Allan Bruno, Deivid S. Hodecker, Márcio Rolim e Evandro Manchini. O material foi produzido durante os anos de 2022 a 2024, e é referente às publicações dos influenciadores compartilhadas entre 2010 e 2024.

Assim, ao produzirmos um mapa discursivo dos sujeitos e dos processos de subjetivação na racionalidade neoliberal, podemos observar algumas trilhas de fuga que promovem novos e velhos processos de normatização e normalização, a partir de caminhos e trilhas discursivas que denominamos “vontade de normalizar” (Lockmann, 2013).

Desse modo, com o auxílio das pesquisadoras Lopes e Fabris (2017), compreendemos que essa norma atua inicialmente de duas formas: (1) como dispositivo disciplinador de corpos e condutas, que emerge para descrever, identificar, posicionar, corrigir e controlar os corpos, a partir da polarização e dos binômios normal/anormal, doente/saudável, deficiente/não deficiente, PVH/pessoas que não vivem com hiv; e (2) como dispositivo de seguridade que busca controlar, gerir e organizar os riscos sociais. Isso fica nítido quando os influenciadores buscam incentivar e promover políticas de saúde fortemente direcionadas à prevenção, mantendo, contudo, certo silêncio quanto às práticas de vivência de seus desejos e

¹³Vale destacar que em diversos momentos quando acessamos os “territórios” das redes sociais destes/as *influencers*, o número de seguidores variava de um momento para outro. Acesso em 19.nov.2023.

práticas sexuais consideradas subversivas, como, por exemplo, sexo em saunas, “banheirões”, surubas, casas de swing etc.

Ademais, ainda com Lopes e Fabris (2017), compreendemos que as práticas da norma podem se ramificar em trilhas de normalização nas quais são descritas regras e modelos de conduta a serem seguidos, a partir de processos que tendem à homogeneização e à construção de bolhas sociais. A norma também pode atuar como ação biopolítica, efeito da racionalidade neoliberal, que promove políticas e práticas de inclusão a partir da diferença, ou seja, que busca trazer para a normalidade aqueles corpos que estavam em condutas, “zonas” e grupos sociais de risco. Esses dispositivos de seguridade e disciplinaridade emergem como estratégias para governar a população a partir do jogo entre liberdade e segurança.

À vista disso, ao mesmo tempo em que os discursos desses influenciadores nas plataformas digitais acenam para a resistência, também operam e são cooptados pela vontade de normalizar, constituindo uma das ramificações dessa rede discursiva entre velhos e novos funcionamentos das práticas na produção de subjetividades. É nessa vontade de normalizar que os territórios das plataformas digitais e das trilhas discursivas têm acenado para o arranjo de um currículo como artefato cultural, que, estando sob o radar de operadores de norma, é requerido e recontextualizado constantemente.

Ademais, nossos achados de pesquisa flertam com três (indícios de) operadores discursivos de norma via Instagram, que, ao mesmo tempo em que contagiam e reposicionam uma norma, também combatem, rememoram, remediam e viralizam produções discursivas, a saber: *[Norma -1] Sujeito Endividado*; *[Norma 0] Negociação da Intimidade*; e *[Norma 1] Currículo Viral*.

[Norma -1] Sujeito endividado

Este operador de norma, intitulado “sujeito endividado”, é um dos primeiros indícios que foram observados nessa cartografia digital. Desse modo, ao acompanharmos e analisarmos a interação elaborada nos territórios digitais do Instagram dos seis influenciadores, compreendemos que, por serem sujeitos localizados cultural e geograficamente dentro dessa rede discursiva que denominamos “epidemia discursivo-midiática do hiv/aid\$”, eles são sujeitos que co-

produzem uma cultura promovida por dois aspectos das subjetividades que são elaboradas nas redes sociais: o consumo que tende à acumulação, e a competitividade, ambas endereçadas aos sujeitos e reclamadas pelos mesmos.

Desse modo, ao compreendermos as reverberações de uma "epidemia discursivo-midiática do hiv/aids" na produção discursiva sobre a PVH, partimos da compreensão de que esses sujeitos passam por diversos processos de estigmatização e exclusão social, os quais provocam efeitos psicossociais, os quais colocam em risco seus "possíveis horizontes existenciais" (tendo em vista que cotidianamente têm que lidar com diversos preconceitos). E, mesmo reconhecendo os privilégios sociais que, por ventura, algum desses influenciadores possa ter, em suas postagens e interações bifurcam uma trilha discursiva neste lugar na busca por "apagar" e/ou "pagar" essa "dívida social"¹⁴ que "contraíram" com a sociedade, a dívida de ser uma PVH e o que isso pode dizer sobre sua posição na sociedade.

Um exemplo da expressão da "dívida social" é a fala do ex-presidente da República do Brasil, demonstrando como alguns setores da sociedade impõem essa "dívida social-cultural-política-econômica" às PVH. À revista Exame¹⁵, Bolsonaro manifesta que "Uma pessoa com hiv, além do problema sério para ela, é uma despesa para todos no Brasil" A reportagem, além de contrapor o discurso do ex-presidente, também apresenta dados atualizados sobre o hiv, ressaltando que 0,4% da população brasileira vive com hiv, e que no ano anterior, em 2019, os gastos públicos com tratamento e prevenção do hiv representavam 0,6% do orçamento, um valor de R\$ 1,8 bilhão¹⁶. Esses discursos, como o do ex-presidente, tendem a operar na manutenção e/ou superação de um estado de "dívida" constante por parte das PVH.

Conforme observado nas postagens dos influenciadores, uma crítica recorrente é a de que estão "romantizando a vivência com hiv". Essa crítica merece atenção,

¹⁴ Alguns teóricos, no início da epidemia do hiv, utilizam a expressão "morte social" para falar sobre os impactos na vida social após diagnóstico positivo para o hiv(Seffner 1995).

¹⁵ Reportagem sobre pessoa com hiv é despesa para todos no Brasil, diz Bolsonaro | Exame-2020- (Publicado em 5 de fevereiro de 2020).

¹⁶ Vale destacar que, durante o governo Bolsonaro, foram gastos R\$ 90 milhões em medicamentos ineficazes contra a covid-19, segundo a BBC News Brasil. Desde 1996, porém, o Brasil garante gratuitamente, pelo SUS, o tratamento com antirretrovirais para pessoas com hiv, medicamentos que custam mais de R\$ 4 mil por paciente ao mês. O SUS também oferece as profilaxias Pré e Pós-Exposição (PrEP e PEP) e acompanhamento médico. Esses investimentos fizeram do Brasil uma referência na prevenção e tratamento do hiv, reduzindo infecções e mortes. No entanto, essas políticas vêm sofrendo ataques e desmontes, o que gera insegurança entre pessoas que dependem desses tratamentos para viver.

considerando suas implicações, sobretudo porque o diagnóstico de hiv, atualmente, não é mais uma sentença de morte devido aos avanços no tratamento do vírus. Contudo, essas acusações parecem refletir, em parte, um preconceito estrutural, pois sugerem que pessoas vivendo com hiv deveriam se sentir constrangidas ao abordar suas vivências, enquanto discursos de outros grupos em situações similares não recebem a mesma crítica.

Em uma postagem, o influenciador @evandromanchini abordou essa questão de forma incisiva, defendendo que falar abertamente sobre a vida após o diagnóstico de hiv promove acolhimento e adesão ao tratamento, além de socializar outras narrativas acerca da epidemia discursivo-midiática do hiv/aids, que ainda associa o vírus ou a doença a ideias de culpa e punição. Para Manchini, as críticas à "romantização" revelam uma visão limitada e preconceituosa, que precisa ser desconstruída. Sua posição reflete um movimento maior, que busca (re)definir as narrativas sobre a vivência com hiv, afastando-se de discursos baseados no medo e na culpabilização individual.

No entanto, a crítica à "romantização" revela uma tensão entre desestigmatizar a vivência com hiv e promover a prevenção. Alguns discursos perpetuam a ideia do "sujeito endividado", um conceito elaborado por autores como Lazzarato (2011) e Pirola (2020), que nos ajudam a compreender algumas práticas discursivas acerca do hiv como uma dívida moral e social. Nesse sentido, essa visão é reforçada por comentários preconceituosos, como os observados em vídeos de influenciadores e manifestações públicas, onde o hiv ainda é relacionado ao pecado ou irresponsabilidade. Por exemplo, em um show no Brasil, um cantor do grupo Rebelde declarou "HIV NÃO É PECADO", gerando respostas como "É irresponsabilidade" e "Do jeitinho que o diabo gosta". Esses comentários refletem um moralismo histórico associado ao hiv, especialmente na primeira onda da epidemia nos anos 1980, quando o vírus era visto como "castigo divino" para populações marginalizadas e "criminalizado" pela "peste gay", como apontado por Seffner (1995).

Por fim, o conceito de "morte civil", empregado para as pessoas que viviam com hiv nas décadas de 1980 (Seffner, 1995), ainda ressoa nas experiências de PVH, que enfrentam a perda de direitos e cidadania devido ao estigma social. Desse modo, é internalizada a lógica do sujeito como uma empresa e como um produto que precisa estar constantemente atualizado e reinventando formas, promovendo outras maneiras

de lidar com as demandas existenciais que dialoguem e estejam de acordo com os valores da racionalidade neoliberal (de corpos saudáveis e produtivos). Ou seja, a análise da epidemia discursivo-midiática do hiv/aid\$ em postagens de PVH acena para a necessidade de demonstrar o quanto são corpos saudáveis, higienizados, que podem ter filhos, casar-se e ser produtivos socialmente. E que seus corpos saudáveis estão na vitrine digital como um produto, como uma empresa bem gerida, como a “alma do negócio”, nesse sentido destacamos o papel da “visibilidade e da conexão constante, tendo como papel primordial na construção de si e da vida como um relato” (Sibilia, 2013, p. 73).

Ainda, na noção de norma “sujeito endividado”, que é o principal produto da sociedade neoliberal (Pirola, 2020), está imbricada uma outra característica, que também é potencializada pela lógica Instagram e pela racionalidade neoliberal, que se caracteriza pelo consumo e pela acumulação excessiva, entendido como o processo de empreendedorismo de si, que, a partir das terminologias do Instagram, também endereça o engajamento de si. Em outras palavras, compreende-se que, com o desenvolvimento da cibercultura, os sujeitos têm inventado novas formas de ser, estar, pensar, sentir e interpretar o mundo, as quais são rapidamente absorvidas pelos tentáculos do capitalismo, que reduz a criatividade e a potencialidade, as quais podem ser facilmente comercializadas e negociadas. Desse modo, “a alma do negócio” torna-se a principal moeda de troca (Sibilia, 2008).

[Norma 0] Negociação da intimidade

Há dois anos, decidi me abrir sobre minha sorologia, um passo que me trouxe surpresas inesperadas. Recebi inúmeras mensagens de carinho e apoio, e muitas pessoas se sentiram tocadas pela minha experiência. Foi um momento de grande força e vulnerabilidade, revelando a importância de compartilhar histórias pessoais para educar e inspirar os outros. No entanto, essa jornada não foi isenta de críticas. Fui acusado por alguns de buscar atenção ou de não representar adequadamente as pessoas que vivem com HIV. É importante esclarecer que não pretendo falar por todos que vivem com HIV.
@samuelhodecker.f1 - 23/12/2023)

Esse recorte, de uma postagem de um dos influenciadores, sinaliza o que denominamos de negociação da intimidade. Com isso, interessa-nos sublinhar como esses sujeitos acionam um movimento pendular, “sujeito endividado - negociação da intimidade”, a partir de suas práticas discursivas. Assim, argumentamos que o Instagram tem se configurado como um território em que também se desenham e

rabiscam novas trilhas discursivas acerca da vivência com hiv. A vontade de norma na *negociação da intimidade* possibilita agenciar outros papéis sociais para as pessoas que vivem com hiv, que podem atuar tanto como sujeitos passivos quanto, simultaneamente, como sujeitos ativos e protagonistas de narrativas sobre o hiv. Conforme Rose (2001) nos orienta, os sujeitos possuem essa capacidade de poder interagir e produzir outras narrativas em diálogo e confronto com outros discursos hegemônicos.

Isso posto, observamos que, no Instagram, as pessoas que vivem com hiv utilizam suas vivências, experiências e narrativas como “moedas de troca” e/ou como a “alma do negócio”, em que são negociadas as “supostas dívidas dos sujeitos endividados”, de modo que seja possível a (re)construção de outras narrativas, perspectivas e posturas políticas sobre a vivência com hiv. Essa negociação da intimidade pressupõe um resgate do direito à autonomia de “construção da própria subjetividade”, que anteriormente foi sequestrada e colonizada, e que se perdeu (em alguns casos, foi abandonada) nas trilhas discursivas dos estigmas e do preconceito¹⁷.

Ou seja, compreendemos que, com a negociação da intimidade, estamos diante da elaboração de novos contratos sociais, em que, ao barganhar a intimidade, as PVH estão reivindicando uma “nova cidadania” e podem ser “inseridas” novamente na sociedade, pois estão cumprindo com sucesso (e bons resultados médicos) os protocolos biopolíticos e contratos de “ajuste de condutas” (Coutinho, 2022, p. 370) “dos sujeitos higienizados”, ou rasgando e descartando esse contrato construindo subversivamente outros.

Como traçado no tópico anterior, observou-se que o diagnóstico positivo para o hiv produziu inúmeras dinâmicas de “sequestro” e “colonização” dos corpos e das subjetividades, que culturalmente foram interpretadas a partir da ótica dos estigmas e foram sistematicamente silenciadas e marginalizadas. Diante disso, uma das

¹⁷Destacamos que a “negociação da intimidade” não se limita às pessoas que falam publicamente sobre o hiv no Instagram, ela também ocorre nas microrrelações do cotidiano. Mesmo quem não expõe sua sorologia, ou quem não vive com hiv, mas tem vida sexual ativa e pratica a “prevenção combinada”, realiza acordos e consensos sobre sexo e prevenção, configurando formas semelhantes de negociação da intimidade. De modo geral, quem usa o Instagram também negocia aspectos de sua vida privada. No caso das pessoas que vivem com hiv, essa exposição assume um caráter político e pedagógico, aproximando-se de movimentos como o feminismo e o antirracismo, ao transformar a experiência pessoal em forma de ativismo e resistência.

principais características que observamos foi que, para construir outras práticas discursivas acerca do hiv, as PVH negociam sua intimidade, tendo como uma das principais argumentações o fato de que estão “indetectáveis para o hiv”, e que esse movimento se apresenta como um dos primeiros passos de “ajuste de condutas” (Coutinho, 2022, p. 370), de reabilitação social e, sobretudo, de construção de novos contratos sociais e uma nova cidadania (como, por exemplo, ter relações sexuais com pessoas sorodiscordantes ou ter filhos sem transmitir o hiv). Ao socializar que estão indetectáveis, sinalizam que estão fazendo o tratamento e, simultaneamente, fazendo o que a sociedade espera das pessoas que vivem com hiv, ou seja, deixam de ser um “perigo social”.

Especificamente, sublinhamos que todos os influenciadores elencados anteriormente produziram discursividades nessa esteira, afirmando, por exemplo: “Eu vivo com hiv há X anos e há X anos estou fazendo o tratamento e estou indetectável para o hiv”. Em outras palavras, podemos considerar que conquistar, através da adesão ao tratamento, a condição de indetectável para o vírus do hiv, além de contribuir para a preservação da qualidade de vida das PVH, também impede que elas transmitam o vírus, o que pode legitimar e garantir outras narrativas.

A negociação da intimidade, ao afirmar que está indetectável, parte, inicialmente, de uma autodeclaração de que se está de acordo com os protocolos biomédicos que se apresentam como regimes de controle de condutas dos corpos e das sexualidades das PVH. Ou seja, de início, já se observam discursos de PVH que se aliam às narrativas biomédicas para, também, construir as suas e assumir novos papéis sociais nessa relação de poder-saber. Aliás, as PVH não apenas se aliam a esses discursos, como se tornam suas principais representantes, tendo em vista que suas vidas corporificam e materializam a eficácia e o sucesso da TARV (terapia antirretroviral).

Por conseguinte, confirma-se o papel da ciência moderna em conduzir e controlar as práticas sexuais. Sobretudo, reitera-se a confiança na medicina e no desenvolvimento de biotécnicas que atuam como “tecnologias de esperança” (Rose, 2010, p. 628), as quais diminuem o sofrimento e a dor, prolongam a vida e nos levam a ter esperança de “chegar à tão sonhada terra prometida pela ciência”: a cura para o vírus do hiv.

Estar na condição de indetectável também revela o fato de que esses sujeitos são exemplos a serem seguidos e acompanhados, ou seja, é um dos principais fatores que promovem o engajamento de si e das pautas acerca da prevenção. Desse modo, podemos compreender que a negociação da intimidade, a partir da pauta da indetectabilidade, demonstra-se como um “caminho seguro” para a reconstrução de novas narrativas acerca das vivências com hiv. Nesse sentido, observamos a construção de novas trilhas discursivas a partir da aproximação entre diferentes saberes, diminuindo as fronteiras entre as políticas educativas de redução de danos e de prevenção, aproximando-as das vivências e modos de se relacionar com a sexualidade, o desejo e o prazer. Essa dinâmica, o pesquisador Coutinho (2022), ao construir uma pesquisa etnográfica com jovens que vivem com hiv e que estão indetectáveis, caracteriza como “pedagogia do indetectável... a mudança no discurso, isto é, no modo como produz efeitos na ressignificação da própria concepção de si e dos limites da sexualidade e se vincula a um projeto maior, vinculado à retórica da prevenção” (Coutinho, 2022, p. 375).

Nesse contexto, o papel do influenciador torna-se ainda mais significativo. Ele não apenas informa e educa, mas também inspira e fortalece seus seguidores, criando um movimento coletivo de resistência ao estigma e à discriminação. Ao compartilhar suas histórias de forma aberta e honesta, os influenciadores proporcionam aos seus seguidores a possibilidade de se verem refletidos em suas narrativas, promovendo uma compreensão mais profunda e humanizada da vivência com hiv.

Diante disso, a negociação da intimidade atua de duas formas: i) ao sair do “segundo armário” (Abreu, 2018), as PVH estão utilizando essa prática como “tecnologia de sobrevivência”, para sobre/viver às mortes físicas e simbólicas promovidas tanto pelos efeitos do vírus hiv no organismo humano e pela negligência política, quanto pelo efeito da epidemia discursivo-midiática do hiv/aids, que historicamente promoveu, legitimou e canonizou (santificou) a marginalização tanto das pessoas que vivem com hiv quanto de seus discursos sobre a temática; ii) pela emergência da ideia de representatividade coletiva, já que, em um cenário de violências e abusos contra as PVH, faz-se necessário assumir uma perspectiva de comunidade e coletividade, seja para escuta recíproca e/ou para reivindicação de melhorias nas áreas da saúde, educação, segurança etc. “Não há um abandono das

singularidades, mas há busca por algo que nos une e nos torna uma/um responsável pela/pelo outra/o” (Oliveira; Ferrari; Machado, 2019, p. 663).

Expresso de outra forma, ter pessoas que estejam negociando suas intimidades com pautas do hiv/aids possui um “valor social”, sobretudo para as PVH.

A julgar pela popularidade das problemáticas do psi na mídia, pelas demandas por toda espécie de terapia e pela enorme quantidade de todos os tipos de conselheiros, parece que os seres humanos, ao menos em certos locais e entre certos setores, acabaram por se reconhecer nessas imagens e nesses pressupostos, e por se relacionar consigo mesmos e com suas vidas em termos análogos (Rose, 2001, p. 2).

Essa demanda social surge não pela ausência de narrativas sobre a temática do hiv, aliás, esses discursos sempre estiveram em pauta, mas sempre na perspectiva e interpretação do outro, e não da PVH. Ou seja, na grande maioria dos casos, a pauta sobre o hiv era debatida hegemonicamente sob um aspecto moralista, preventivo e punitivista, elaborando todo tipo de “terrorismo biológico” e tabus acerca da sexualidade, do prazer e do desejo. A presença das PVH que utilizam suas redes sociais também acena a uma nova geração que não se conforma em ser reduzida às narrativas, interesses e perspectivas dos outros (dos boletins epidemiológicos, das reportagens sensacionalistas, dos filmes que ainda retratam o cenário da década de 1980). Conforme afirma Corazza (2002):

Se não contarmos nossas histórias a partir do lugar em que nos encontramos, elas serão narradas desde outros lugares, aprisionando-nos em posições, territórios e significados que poderão comprometer amplamente nossas possibilidades de desconstruir os saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que não habitam espaços culturais hegemônicos (Corazza, 2002, p. 93).

Desse modo, compreendemos que a lógica do Instagram, de “construção de si orientada pelo olhar alheio” (Sibilia, 2016, p. 48), acionada pela racionalidade neoliberal, que individualiza as lutas sociais, promove esse processo de autoexploração da intimidade, com o objetivo de viralizar e socializar suas narrativas com a sociedade.

Assim, podemos argumentar que as práticas discursivas dos campos dos saberes, co-produtoras de uma racionalidade neoliberal, historicamente conduziram a formação de sujeitos por caminhos e trilhas que condicionaram a homogeneização de subjetividades. Uma conjuntura em que funcionam técnicas e estratégias para gerenciar riscos causados pelas anormalidades do “sistema”, ou seja, um funcionamento que busca corrigir e remediar os conflitos e diferenças socioculturais.

Ademais, questionamos a dinâmica presente em políticas neoliberais de inclusão e igualdade social, utilizadas pelo Estado para incluir com o objetivo de normatizar e normalizar.

Sendo assim, a inclusão, além de simplesmente aproximar os sujeitos anormais da sociedade, desenvolve uma série de saberes sobre eles, sobre as doenças, sua produtividade, suas regularidades e irregularidades, para saber onde intervir, de modo a governar a todos e a cada um. Portanto, a tríade aproximar, conhecer e governar torna-se importante na medida em que nos possibilita pensar a inclusão como uma estratégia biopolítica que gerencia os riscos causados, nesse caso, pela anormalidade. Explicando melhor: a inclusão é o processo que possibilita a aproximação desses sujeitos anormais à sociedade. Somente mediante essa aproximação-inclusão é que se torna possível produzir saberes sobre eles e, em consequência, desenvolver estratégias que controlem e regulem as formas de ser, enfim, que orientem suas condutas (ibid., p. 131-132).

Desse modo, sujeitos que anteriormente estavam à margem, ao adentrarem uma norma, corroboram com uma prática discursiva inclusiva. Já outros, que buscam preservar a potencialidade de suas diversidades insurgentes e, assim, construir outras trilhas para suas existências, passam por um processo sutil (às vezes nada sutil) de exclusão. Diante dessa necessidade de manter-se incluídos, atualizados, produtivos, conectados e inseridos nesses novos modos de vida, outros fenômenos culturais têm sido desenvolvidos a partir das plataformas digitais, de modo que nos encontramos em uma sociedade neoliberal com “[...] diferentes estratégias e dispositivos de excesso de positivação da vida, produção de cansaço, hipertensão curta e rápida, contribuindo para uma autoexploração da existência” (Sales; Rigue, 2023, p. 1). Uma estratégia que já existia anteriormente, mas que é potencializada na emergência de crises da sociedade capitalista mediatizada.

[Norma 1] Currículo viral

O Instagram tem se apresentado como um importante território de produção, manutenção e viralização de práticas discursivas, visto que, como dito anteriormente, nele são disputadas relações de poder-saber acerca de diversos temas e pautas fundamentais para a manutenção de uma cultura. Ao enfatizarmos essas relações de poder-saber, não estamos à procura de quem detém ou não o poder, mas, sobretudo, buscamos destacar novas trilhas de execução e práticas de relação de poder e saber que se disseminam, contagiam e viralizam no tecido social, mesmo que nas bolhas sociais e nas microrrelações, a partir da atuação das pessoas que vivem com hiv e que utilizam o Instagram.

Dito de outra forma, ao rasurarmos uma epidemia discursivo-midiática de hiv/aid\$, observamos que ela também tem se deslocado por outras trilhas. Se, na pesquisa de Santos (2002), observou-se que a epidemia discursivo-midiática de hiv/aid\$ apresentou “um deslocamento quanto ao tipo de discurso vigente relativamente a estratégias de prevenção: de um discurso publicitário (mais) biomédico para outro que caracterizei como um discurso publicitário (mais) comercial, pautado nas estratégias de marketing comercial” (Santos, 2002, p. 1), atualmente, a partir do Instagram, outras linhas cartográficas se bifurcam, se sobrepõem e escapam, particularmente a partir das experiências das PVH.

A análise dos dados produzidos e coletados durante a pesquisa evidencia uma diferença significativa no alcance entre os perfis de influenciadores que vivem com hiv (PVH) e as páginas institucionais ou coletivos dedicados à mesma temática. Observa-se que os influenciadores individuais possuem um número expressivamente maior de seguidores, indicando uma mudança nas formas de mediação e engajamento em torno do hiv nas redes sociais digitais. Leandro Bueno (@ibuenno), por exemplo, ultrapassa 270 mil seguidores, enquanto a tradicional Agência de Notícias da Aids (@agenciaaids) soma cerca de 23,9 mil. A tendência semelhante se repete com Deivid S. Hodecker (@samuelhodecker) e Allan Bruno (@oallanbruno), ambos com mais de 120 mil seguidores, em contraste com páginas institucionais como @tudosobrehiv e @istaidssp, que não ultrapassam 15 mil.

Ao analisarmos os dados, há indícios de que as práticas discursivas das PVH viralizam, em número de seguidores/as e alcance superior de outros perfis que pautam a temática do hiv/aid\$ no Instagram. Compreendemos que “os discursos midiáticos trabalham no sentido de estimular determinados hábitos e estilos de vida e atuam de maneira complexa. Podem ser considerados dispositivos biopolíticos e influenciam” (Aprobato, 2018, p. 158) não só o consumo, como no caso da pesquisa de Aprobato (2018), mas também a produção de subjetividades das pessoas que seguem e consomem os conteúdos desses perfis. Esses discursos não influenciam apenas as pessoas que vivem com hiv, mas, sobretudo, atuam sobre elas.

Com essas informações, não pretendemos descredibilizar o papel fundamental, necessário e importante que as organizações historicamente têm desenvolvido em torno das temáticas do hiv/aid\$, uma vez que também não nos colocamos contra os avanços da biomedicina na elaboração de tecnologias de

tratamento e prevenção do vírus. Todavia, destacamos a potência viral que as práticas discursivas desses influenciadores assumem, colocando sob suspeita alguns determinismos, inclusive de saberes médicos, e nos posicionando à parte de um juízo de valor entre bom ou ruim.

Saberes médicos, jurídicos e educacionais legitimaram narrativas acerca das PVH, autorizando e proibindo vozes sobre quem poderia falar das temáticas do hiv/aid\$. Em contrapartida, compreendemos que o fenômeno desenhado a partir do Instagram promove rachaduras e dobras, deslocando relações de poder-saber e promovendo um “giro epistemológico”, no qual outras encruzilhadas da epidemia discursivo-midiática de hiv/aid\$ se endereçam a novas subjetividades, normas e agenciamentos. O “fazer” pedagógico e o ativismo político das PVH mobilizam outros discursos (não necessariamente radicais ou revolucionários)¹⁸, que têm promovido a re/produção de novas e velhas interpretações e, sobretudo, possibilitado a viralização de outros rascunhos de norma a partir desses “saberes e experiências que viralizam”. O sujeito, mais do que produtor de conhecimento, é também produzido no interior desses saberes (Veiga-Neto, 2014, p. 44).

Desse modo, com a pesquisadora Lúcia Leão (2005, p. 22-23), compreendemos que “a internet tem, como rede, uma grande capacidade de autogênese. [...] Cada nó, cada ponto tem em si a capacidade de gerar uma outra”. Logo, os discursos viralizados a partir da vontade de norma e da negociação da intimidade têm contagiado o tecido social e disseminado novas e velhas leituras, interpretações, narrativas e sentidos sobre a vivência com hiv. Vale destacar que essas vivências, anteriormente marginalizadas, foram mantidas “restritas” aos territórios do “segundo armário” (Abreu, 2018; Rigue; Seffner, 2022), os quais, por meio do estigma, promoviam um “silenciamento sistemático”¹⁹.

¹⁸ Como temos observado até aqui, as pessoas que vivem com hiv, não necessariamente rompem com narrativas e discursos outros, aliás em muitos casos elas se aliam a esses discursos, sobretudo, aos saberes da biomedicina, para construir as suas próprias narrativas acerca da vivência com hiv. Ou seja, compreendemos que “O discurso é ambíguo... uma forma de poder que circula no campo social e pode ligar-se tanto a estratégias de dominação quanto a estratégias de resistência. Sem ser inteiramente uma fonte de dominação nem de resistência, a pedagogia não está também nem fora do poder nem inteiramente circunscrita por ele. Em vez disso, é ela própria uma arena de luta. Não existem práticas pedagógicas inerentemente libertadoras puramente repressivas, pois qualquer prática é cooptável e qualquer prática é capaz de tornar-se uma fonte de resistência. Afinal, se as relações de poder são dispersas e fragmentadas ao longo do campo social, assim também o deve ser a resistência ao poder” (Gore, 1994, p.15).

¹⁹ Nessa concepção de “silenciamento sistemático” das pessoas que vivem com hiv, não estamos ignorando os inúmeros processos de resistências e de luta por direitos que foram e estão sendo

Diante disso, compreendemos que o fenômeno do que é “instagramável” tem elaborado transformações nas relações de poder-saber, abrindo outras narrativas nas “cruzadas ideológicas” e possibilitando que sejam constantemente modificadas as práticas discursivas acerca do “vírus ideológico” relatado por Parker e Daniel (2018, p. 15) em *Aids: a terceira epidemia*. À vista disso, compreendemos que o Instagram promove uma “quarta epidemia” discursivo-midiática de hiv/aid\$, em uma dinâmica de alianças e disputas reelaboradas constantemente com as práticas discursivas da biomedicina, do sujeito endividado, da negociação da intimidade e daquilo que nomeamos como currículo viral.

Reiteramos que nossa compreensão acerca do funcionamento do currículo parte de duas concepções: (i) compartilhar um conjunto de saberes sobre a temática do hiv/aid\$ (por exemplo, PrEP, PEP etc.) constitui um modo de “fazer currículo”; (ii) o “fazer currículo” também repousa na produção de subjetividades, sob a qual os discursos sobre, do e no sujeito adentram o terreno do paradoxal e do provisório. A prática de “fazer currículo” é construída, modificada e requerida reiteradamente, para além de uma lista prescrita do que é “dito”, pois é na própria complexidade da cultura e da linguagem que alianças e disputas operam mutuamente. O viral, aqui, ecoa para aquilo que (i) se espalha e se difunde e (ii) transborda de seu próprio território midiático, de modo que não se está no virtual, mas se é o virtual.

Ademais, o fato de esses influenciadores comporem um contexto histórico que permite a prática da negociação da intimidade e a disseminação de um currículo viral faz com que se aliem a outras racionalidades na construção de novas narrativas sobre a vivência com hiv. Uma racionalidade neoliberal tem redesenhado novas subjetividades a partir da prática e da política de inclusão, sobretudo por meio da norma, da normalização e da normatização (Lopes; Fabris, 2017).

Conforme aponta Dantas (2022), os corpos que “representam” a materialidade de uma norma operam dentro de um currículo viral, alinhado aos discursos biopolíticos de prevenção, controle e gestão da vida. Esse currículo atua como um marcador interseccional que regula agenciamentos de corpos e coletivos considerados “mais limpos”, “mais higienizados” e “mais dignos”, os quais podem e devem ocupar as

construídos nas micros e macro políticas. Sobretudo, estamos demarcando, por exemplo, que pouquíssimas pessoas que vivem com hiv, devido a todo o estigma e preconceito, têm preferido revelar seu diagnóstico de pessoa que vive com hiv, apenas para as pessoas mais próximas, quando revela.

vitruines digitais, tendo suas vidas preservadas. Em contrapartida, corpos trans, negros e dissidentes sexuais são marginalizados, tornando-se tolerados em sua ausência e institucionalmente marcados como matáveis. Tal dinâmica evidencia como pactos com uma branquitude cisheteronormativa de classe média sustentam uma cultura excludente, na qual determinados sujeitos se tornam universais, legitimando um currículo de práticas discursivas mais visíveis sobre hiv/aid\$.

A partir de Kilomba (2016), compreendemos que corpos que detêm privilégios sociais também possuem um privilégio epistêmico, pois, ao ocuparem espaços de prestígio, têm maior possibilidade de produzir e disseminar conhecimento. Como enfatiza Dantas (2022, p. 258), “um corpo que possui privilégios sociais tem direito a privilégios epistêmicos, a gestar e produzir, a conduzir, a habitar e a permanecer”. Essa lógica se manifesta nas práticas dos influenciadores digitais analisados, que operam sob normas de controle e gestão da vida, tornando-se referências a serem seguidas. Assim, seus discursos não apenas reproduzem saberes hegemônicos sobre hiv/aid\$, mas também reforçam a regulação de corpos e condutas dentro da economia da visibilidade.

Nesse sentido, a viralização de novas normas acerca das experiências com hiv ocorre nas interações digitais, especialmente no Instagram, que funciona como um outdoor midiático anunciando um novo presente. Nessa configuração, o “sucesso” do tratamento e a condição de indetectabilidade, articulados à negociação da intimidade, promovem processos de inclusão e reintegração social dos sujeitos endividados. No entanto, tais processos não são acessíveis a todos, visto que a visibilidade e a legitimidade dos discursos sobre hiv/aid\$ permanecem atreladas a hierarquias sociais que perpetuam desigualdades estruturais.

Palavras Conclusivas

No movimento cartográfico empreendido nos territórios digitais, buscamos um diálogo permanente com as pessoas que vivem com hiv (PVH) com o intuito de abrir caminhos entre os discursos hegemônicos e os ruídos que moldam o presente. Tal proposta se ancora na necessidade de desestabilizar narrativas cristalizadas que sustentam estereótipos e práticas excludentes, permitindo que discursos emergentes sobre hiv/aid\$ possam ganhar visibilidade e contestar as normatividades vigentes.

Essa abordagem revela a complexidade da questão, uma vez que as discursividades sobre hiv/aid\$. são atravessadas por forças sociais e políticas estruturadas pela lógica neoliberal e pelo apartheid digital.

O percurso da pesquisa foi impulsionado por inquietações pessoais e profissionais que nos instigaram a construir (ou ao menos tentar construir) caminhos que favorecessem o diálogo e, sobretudo, a escuta e a compreensão de discursos alternativos acerca da epidemia discursiva do hiv/aid\$. Nesse sentido, a necessidade de nos "educarmos para olhar de outra maneira" tornou-se um imperativo epistemológico, exigindo um desprendimento das lentes tradicionais que limitam a compreensão desse fenômeno. Buscamos, assim, um "*descarrego epistêmico*" que nos libertasse das amarras conceituais que historicamente associaram o hiv/aid\$. a um "*vírus ideológico*", operando como mecanismo de colonização das subjetividades e reforçando estigmas sociais.

Ao considerarmos os processos educativos e o currículo como artefatos culturais em funcionamento no Instagram, identificamos rastros e pistas das disputas discursivas em torno do hiv/aid\$. As práticas discursivas empreendidas por PVH na plataforma ressignificam discursos normativos, articulando novas formas de subjetivação. Nesse contexto, observamos como a lógica do sujeito endividado, a negociação da intimidade e a viralização curricular atuam como tecnologias de subjetivação. Essas práticas, mediadas por estratégias de visibilidade digital, mobilizam técnicas de criação de si, reconfigurando modos de existência e resistência.

Ao problematizarmos o currículo por meio dessas trilhas discursivas, compreendemos que ele não se restringe à escola, mas se materializa nos territórios digitais, nas ruas, nas igrejas e em múltiplos espaços de sociabilidade. O fenômeno da viralização discursiva nas plataformas digitais possibilita a ampliação das fronteiras discursivas e a constituição de novas pedagogias virais, embora nem sempre de forma democrática e plural. Assim, as experiências compartilhadas por influencers e seguidores que vivem com hiv se articulam a pedagogias do engajamento, do presente, dos prazeres e do indetectável, reconfigurando as formas de circulação e recepção dos discursos sobre hiv/aid\$.

Ao cartografarmos quais corpos são legitimados para compartilhar suas vivências soropositivas, observamos a emergência de novas trilhas discursivas, cuja validação ocorre tanto pela produção textual quanto pelo engajamento digital. A

contagem de seguidores, curtidas e compartilhamentos se torna, assim, um indicador da difusão desses discursos e da insurgência de pedagogias que negociam a intimidade em meio às disputas midiáticas. Contudo, essa dinâmica também revela assimetrias, uma vez que a legitimação de determinadas vozes ocorre em detrimento de outras, reforçando hierarquias sociais e políticas.

As redes sociais têm reconfigurado a produção e a circulação do conhecimento, desafiando os meios tradicionais de informação e as instituições educacionais. O Instagram, em particular, tem se consolidado como espaço de disputa de narrativas, possibilitando que sujeitos historicamente marginalizados ocupem novos papéis sociais. Nesse processo, sujeitos que vivem com hiv se tornam palestrantes, conselheiros e agentes de transformação, ao compartilharem experiências e construir redes de apoio. Entretanto, tais práticas também são atravessadas pelas dinâmicas da economia cultural-política neoliberal, que fomenta a autoexploração e a espetacularização da intimidade.

A lógica do empreendedorismo de si, que rege grande parte das interações nas redes sociais, insere os sujeitos soropositivos em um mercado simbólico de trocas discursivas. No entanto, essa inserção nem sempre ocorre de maneira equitativa, uma vez que fatores interseccionais como raça, gênero e classe determinam quem tem maior visibilidade e legitimidade nesses espaços. Observamos, por exemplo, que homens brancos de classe média são os mais populares no Instagram, enquanto organizações historicamente engajadas na luta contra o hiv/aid\$. enfrentam dificuldades para manter o engajamento digital. Tal fenômeno evidencia a lógica imediatista e efêmera da sociedade midiaticizada, que muitas vezes negligencia os processos históricos de resistência e conquista de direitos.

Por fim, destacamos que a normatividade discursiva não opera de forma fixa ou imutável, mas sim como um campo de disputas em constante movimento. As experiências compartilhadas por PVH não apenas desafiam estigmas e promovem a inserção de pautas em agendas políticas, mas também reconfiguram normas e reposicionam discursos no fluxo cultural. Assim, reiteramos a importância de um diálogo mais estreito entre os influencers e as organizações que historicamente têm atuado na luta contra o hiv/aid\$. Esse movimento cartográfico, ao se engajar na problematização das relações entre sujeitos e discursos, evidencia a potência criativa

e inventiva das práticas discursivas nos territórios digitais, promovendo a defesa da vida, da dignidade e da construção de um mundo mais inclusivo.

Referências

- ABUD, Cristiane de Castro Ramos; TEIVE, Gladys Mary G. Biopolítica dos corpos saudáveis: práticas disciplinares de prevenção da aids em livros didáticos de ciências do ensino fundamental (Florianópolis, 2000 a 2011). **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd**, UFSC – Florianópolis, 2015. Disponível em: [ANPEd | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação](#)
- ALMEIDA, Maria Rita de Cassia Barreto de; LABRONICI, Liliana Maria. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 263-274, 2007. Disponível em: [27.1 maria rita final.pmd](#)
- APROBATO, Valéria C. Corpo digital e bem estar na rede Instagram: um estudo sobre as subjetividades e afetos na atualidade. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 38, n. 95, p. 157-164, 2018. Disponível em: [Corpo digital e bem estar na rede Instagram: um estudo sobre as subjetividades e afetos na atualidade](#)
- BESSA, Marcelo Secron. **Os perigosos: autobiografias & aids**. Aeroplano, 2002.
- BESSA, Marcelo Secron. **Histórias positivas: a literatura (des)construindo a aids**. Record, 1997.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Introdução. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/KgpnJBsDxVskHPqbLDc3FBp/?format=pdf&lang=pt>
- CAETANO, Marcio; SANTOS, Luciane Tavares dos; SOUSA, Nilcelio Sacramento de. A (re) existência macumbeira nos espaços-tempos das redes sociais: Facebook e Instagram. **ETD Educação Temática Digital**, 2022. Doi: <https://doi.org/10.20396/etd.v24i2.8660184>
- CAMOZZATO, Viviane Castro. Pedagogias do Presente. Educação & Realidade, Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade
- COSTA, Joacir Marques da; LIMA, Carlos Edmilson Ávila de; SILVA, Rafael Lesses da. Insurgências do movimento LGBT+: relação do estado com os sujeitos de direitos. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, 2023. Doi: <https://doi.org/10.5216/ia.v48i2.74665>
- D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos. 2020.

DANIEL, Herbert; PARKER, R. A terceira epidemia: o exercício da solidariedade. In: DANIEL, H; PARKER, R. **Aids: a terceira epidemia**. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: Por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

FONSECA, Leandro Noronha da. **HIV/aids e narrativas pós-coquetel na poesia contemporânea brasileira**. Monografia (Especialização em Mídia, Informação e Cultura). Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufms.br/bitstream/>

FREIRE, Gustavo Henrique Araújo; GUIMARÃES, Marcus Vinícius de Albuquerque. Uso das redes sociais digitais nos programas de pós-graduação em ciência da informação: contribuições para a comunicação e divulgação científica= use of digital social networks in graduate programs in information science: contributions to scientific communication and dissemination. **Revista Bibliomar**; v. 19, n. 2, jul./dez. 2020; 193-217, v. 24, n. 2, p. 217-193, 2020. Doi: <http://orcid.org/0000-0002-4271-0778>

GALVÃO, Jane. **AIDS e imprensa**: um estudo de Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

GALVÃO, Jane. **AIDS no Brasil**: a agenda de construção de uma epidemia. São Paulo: Editora 34, 2000.

GORE, Jennifer M. Foucault e Educação: Fascinantes Desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 29, n. 1 (jan./jun. 2004), p. 27-43, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25417> . Acesso em: 12 nov. 2025.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e a Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LEÃO, Clemente Leão. **O chip e o caleidoscópio**: reflexões sobre as novas mídias. São Paulo: Senac, 2003.

MELLO, Ramon Nunes (Org.). **Tente entender o que tento dizer**: poesia + hiv/aid\$. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

LOCKMANN, Kamila. Medicina e Inclusão Escolar: Estratégias biopolíticas de gerenciamento do risco. FABRIS, Eli T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs). **Inclusão e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson; MACHADO, Nathalye Nallon. “Ninguém solta a mão de ninguém”: conectados/as em rede, resistimos. **Práxis educativa**, v. 14, n. 2, p. 659-677, 2019. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n2.014>.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI; SILVA-SILVA, Luiza Cristina; SALES, Shirlei. Pistas metodológicas: Possibilidades Inventivas para Pesquisas na Internet. OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI; SILVA-SILVA, Luiza Cristina; SALES, Shirlei (org.). **Metodologias de Pesquisa científicas no Ciberespaço/Cibercultura**. Curitiba:Appris, 2024.

PELBART, P. P. **Vertigem por um fio**: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo, **AIDS**: Disciplinar os poros e as paixões. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, 1985. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451985000400007>

PERLONGHER, Nestor Osvaldo. **O que é AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PESSOA com HIV é despesa para todos no Brasil, diz Bolsonaro. **Exame**, [s. l.], 5 fev. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pessoa-com-hiv-e-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro>. Acesso em: 27 dez. 2025.

PIROLA, Émerson. O sujeito endividado como doppelgänger do empreendedor de si: subjetivação pela dívida na crise do neoliberalismo. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, p. 675-694, 2020. Doi: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n3p675>.

PADOIN, Stela Maris de Mello ; PAULA, Cristiane Cardoso de ; SOUZA, Ívis Emília de Oliveira. Cotidianidade da mulher que tem hiv/aids: modo de ser diante da (im) possibilidade de amamentar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, n. 1, p. 77-77, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rngenf/article/view/9917> . Acesso em: 27 fev. 2026.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho; FILHO, Robson Evangelista dos Santos. Epidemia discursiva: considerações por uma perspectiva da análise do discurso e dos estudos da comunicação. **methaodos. revista de ciências sociais**, 2023. Doi: <https://doi.org/10.17502/mrcs.v11i2.626>

PUCCINELLI, Bruno; FERNANDES, Fábio; FONEvangelista.TES, Ramos. Corpo, Memória e aid\$: diálogos em espiral. In: PUCCINELLI, Bruno; FERNANDES, Fábio; FONTES, Ramos (org.). **AIDS Sem Capa: reflexões virais sobre um mundo pós-pandemia**. 1º ed.:Editora Devires, Salvador, 2022.

ROSE, Nikolas. “Inventando nossos eus”. In.: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 137-204.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2016.

SALES, Tiago Amaral; RIGUE, Fernanda Monteiro. Entre o cuidado de si e o bem viver: porvires possíveis para a vida e a educação em meio às pedagogias pandêmicas. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 26, p. 111-128, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6644>

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. **Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil**: uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção: 1986-2000. 2002. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SEFFNER, Fernando. **O jeito de levar a vida: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada. p.294** [dissertação de mestrado] Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade, Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre (RS), 1995.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2016.

ROLNIK, Suely. Subjetividade antropofágica. Rio de Janeiro: **Revista Concinnitas**, v. 23, n. 44, p. 132-149, 2022.

ROSE, Nikolas. "Inventando nossos eus". In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 137-204.

ROSE, Nikolas. A biomedicina transformará a sociedade? O impacto político, econômico, social e pessoal dos avanços médicos no século XXI. Trad. MARTINS, Emerson Rodrigo Pinheiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 628-638, 2010. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hgggGj7R5dJQfTfQR6N3B5m/?format=pdf&lang=pt>

YORK, Sarah Wagner; SILVA, Sérgio Luiz Baptista da; NOLASCO, Leonardo. **Gênero e sexualidade na educação**: uma perspectiva interseccional. Editora Devires, Bahia, 2022.

INSTAGRAM AND INSURGENT DISCURSIVE PRACTICES OF HIV/AIDS:
self-production and new social contracts

Abstract

This research seeks to understand how traces of a discursive-media epidemic of hiv/aids shape cartographic trajectories oriented toward a curricular arena and the production of subjectivities. To this end, the study sets out the following specific objectives: to analyze how contemporary digital platforms, such as Instagram, construct statements about individuals living with hiv/aids; to problematize how media discourses position these individuals and reconfigure knowledge-power relations; and to understand the curricular arena within digital platforms as a territory of constant dispute, agency, and subjectivation. The research adopts a cartographic approach to discursive practices, not with the intent of producing universal or neutral discourses, but rather to identify traces and clues. Within the context of Instagram, these traces address subjectivation processes among people living with hiv (PLH). The analytical exercise reveals three discursive operators that challenge norms through Instagram. While these operators reproduce and reposition preexisting norms, they also invent and disseminate new normative forms. They are: [Norm -1] Indebted Subject, [Norm 0] Negotiation of Intimacy, and [Norm 1] Viral Curriculum. It is crucial to emphasize that operating a norm discursively does not imply a positive or negative axis, but rather dynamics of alliances and disputes that naturalize or destabilize discourses within a culture. Thus, by sharing and collectivizing experiences, individuals living with hiv not only contribute to reducing stigma and inserting relevant issues into political agendas but also resignify norms, repositioning them within the cultural flow and the capillarity of a discursive-media epidemic of hiv/aids. Ultimately, these discourses begin to weave curricular narratives and generate new forms of subjectivation.

Keywords

Discursive practices; Hiv/aids; Instagram; Subjectivity.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Os autores agradecem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja contribuição foi essencial para a realização desta pesquisa e a publicação deste artigo.

Contribuições das pessoas autoras: Carlos Edmilson Avila de Lima contribuiu com a escrita e coleta e sistematização dos dados e dos conceitos; Joacir Marques Costa e Lidianie Perlin contribuíram na escrita e correções do texto; Benjamin Marins Costa e Tarciano Ortolan de Barcelos supervisionar e contribuíram em todas as etapas da pesquisa.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: Não se aplica.

Conflito de interesses: Declara-se a inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Declara-se a inexistência de utilização de ferramentas de IA.

Pessoa autora correspondente: Carlos Edmilson Avila de Lima, Universidade Federal de Santa Maria, Carlosufsm58@gmail.com, Av. Roraima nº 1000 Cidade Universitária Bairro - Camobi, Santa Maria - RS, 97105-900.

Recebido em: 07/05/2025

Aceito em: 25/07/2026